

CÉSAR SIQUEIRA BOLAÑO

# CAPITALISMO GLOBAL E CRÍTICA DA COMUNICAÇÃO: POR UMA NOVA TEORIA DA MEDIÇÃO SOCIAL

*CAPITALISMO GLOBAL Y CRÍTICA DE LA  
COMUNICACIÓN: POR UNA NUEVA TEORÍA DE  
LA MEDIACIÓN SOCIAL*

*GLOBAL CAPITALISM AND COMMUNICATION  
CRITICISM: FOR A NEW THEORY OF SOCIAL  
MEDIATION*

*Recebido em: 1 dez. 2016*

*Aceito em: 15 dez. 2016*

**César Siqueira Bolaño:** Professor associado da Universidade Federal de Sergipe. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

**Contato:** [bolano@sergipe.ufs.br](mailto:bolano@sergipe.ufs.br)

ISSN (2236-8000)

autor convidado

## RESUMO

O desafio que enfrentam neste momento boa parte dos estudiosos da comunicação na América Latina é o da construção, necessariamente coletiva e interdisciplinar, de uma nova teoria da mediação que permita relançar o conjunto do pensamento crítico latino-americano na matéria – que não se limita aos estudos culturais ou à economia política – no debate global sobre o significado da passagem do sistema das indústrias culturais do século XX para a situação que se nos apresenta hoje com a expansão das redes telemáticas, especialmente a Internet. O objetivo deste texto é lançar algumas provocações nesse sentido, começando por uma breve localização das linhas gerais da problemática das transformações por que tem passado o capitalismo nas últimas décadas e suas repercussões sobre o campo epistemológico. Procuo dialogar especialmente com Martín-Barbero, autor fundamental não apenas pela sua reconhecida contribuição específica ao tema, mas também pela incorporação crítica que faz, nos seus trabalhos dos anos 1970 e 1980, do conjunto do pensamento latino-americano anterior, que acabou sendo menosprezado posteriormente no campo dos estudos culturais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comunicação. Teoria da mediação. Pensamento latino-americano. Capitalismo global. Jesús Martín-Barbero.

## RESUMEN

El reto que lo enfrentan ahora gran parte de los estudiosos de Comunicación en Latinoamérica es el de la necesariamente colectiva y interdisciplinada construcción de una nueva teoría de la mediación que permite relanzar el conjunto del pensamiento crítico latinoamericano en la materia – lo que no limitase a los estudios culturales o a la economía política – en el debate global sobre el significado de la pasaje desde el sistema de las industrias culturales del siglo XX hasta la situación que preséntasenos hoy con la expansión de las redes telemáticas, en especial la Internet. El objetivo de este texto es presentar algunas provocaciones en ese sentido, empezado por una breve localización de las líneas generales del problema de las transformaciones por las cuales lo hay pasado el capitalismo en las últimas décadas y sus repercusiones sobre el campo epistemológico. Procuo dialogar especialmente con Martín-Barbero, autor fundamental no solo por su reconocida contribución específica sobre el tema, pero también por la incorporación crítica que hace, en sus trabajos de los 1970 y 1980, del conjunto del pensamiento latinoamericano anterior, que ha sido menosprezado posteriormente en el campo de los estudios culturales.

**PALABRAS-CHAVES:** Comunicación. Teoría de la mediación. Pensamiento latinoamericano. Capitalismo global. Jesús Martín-Barbero.

## ABSTRACT

The challenged faced in this moment by a large part of communication researchers in Latin America concerns a necessarily collective and interdisciplinary development of a new mediation theory that allows for a new release of the body of critical Latin American thought on the subject – which is not restricted to cultural studies or political economy – in the global debate on the meaning of the transition from the system of 20th Century creative industries to the present situation, with the expansion of telematic networks, specially Internet. The purpose of this paper is to provoke thoughts in this direction, starting with a brief localization of the outlines of the problem of the changes faced by capitalism in the last few decades and its repercussions on the epistemological field. The ideas presented here are in dialogue with Martín-Barbero, in special, an author who is essential not only due to his renowned specific contribution on the subject, but also for his critical incorporation, in his works from the 1970s and 1980s, of the body of preceding latin american thought, which was later despised in the field of cultural studies.

**KEYWORDS:** Communication. Mediation Theory. Latin American Thought. Global capitalism. Jesús Martín-Barbero.

## PANO DE FUNDO: BREVE PANORAMA INTERNACIONAL

O início do século XXI foi marcado por um acontecimento midiático de grande impacto, como foi o atentado de 11 de setembro de 2001 em Nova York, o qual provocaria respostas da parte dos Estados Unidos que confirmariam tendências já observadas de mudança no enfoque da potência hegemônica em relação aos conflitos internacionais após a queda do socialismo real na Europa oriental e o fim da Guerra Fria, acabando por lhe conferir o papel nem sempre confortável de polícia global. Mas, em que pese a importância do fato e suas dramáticas consequências, o aspecto essencial das transformações em curso na virada do século foi amplamente negligenciado no debate que se seguiu, informado que estava, no âmbito das Ciências Sociais – e especialmente da Comunicação – por uma perspectiva pós-modernista, subsidiária em grande medida, mesmo que de forma nem sempre reconhecida, da ideologia neoliberal, hegemônica no campo da Economia.

Ora, se a derrubada das Torres Gêmeas representa fato simbólico marcante daquela nova situação que Robert Kurz designou enfaticamente como de “guerra civil mundial” (Kurz, 1991), a ideia do grande vilão, ou da grande organização terrorista desterritorializada, capaz de fazer frente a um Império, se quisermos usar a popular expressão de Negri e Hardt (2000), parecia saída diretamente das páginas das histórias em quadrinhos da editora Marvel. Na verdade, como não se deixou de notar à época, o ambiente de pânico global então desencadeado facilitava em muito a promoção das medidas e instrumentos que o governo norte-americano adotaria, visando consolidar a sua posição de única potência e incontestável, pela implantação de uma extensa sociedade de controle em nível global, cujo significado virá à luz anos mais tarde, com o fenômeno do Wikileaks e, especialmente, o caso Snowden.

A incapacidade do governo Obama em arregimentar apoio para atacar a Síria após a comprovação do uso de armas químicas contra a população durante a guerra civil naquele país deixa claro que, em 2013, já ninguém acredita na retórica da defesa militar dos direitos humanos ou da imposição da democracia pela força. Do que se trata, na verdade, é daquele novo imperialismo que David Harvey analisou com precisão, ao retomar as razões de ordem geopolítica que presidiram as ações militares dos Estados Unidos no período recente. Inicialmente, define os desafios enfrentados pelo governo norte-americano em 2003 para “consolidar uma presença militar estratégica nas repúblicas asiáticas centrais e, desse modo, dominar as reservas petrolíferas da Bacia do Mar Cáspio”, como parte de uma estratégia mais geral, que incluía ações em relação ao Iraque, ao Irã, à Venezuela de Hugo Chávez, através da qual, se bem sucedida, “os Estados Unidos poderão, mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos” (Harvey, 2003, p. 29-30).

Bem mais adiante, retoma o ponto em chave geopolítica, analisando a tensão em que convivem as lógicas territorial e capitalista de poder, tendo em vista as mutações em relação à primeira, decorrentes do final da Guerra Fria. A invasão norte-americana do Iraque assume então “um significado ainda mais amplo”:

Não constitui apenas um esforço de controle da torneira global do petróleo e, portanto, de controle da economia global mediante o domínio do Oriente Médio. Constitui igualmente uma forte cabeça de ponte militar norte-americana na massa territorial eurásiana que, quando tomada em conjunto com as alianças que os Estados Unidos procuram firmar da Polônia aos Bálcãs, produz uma forte posição geoestratégica na Eurásia que tem ao menos o potencial de desfazer toda consolidação de um poder eurásiano – que poderia de fato ser o próximo passo da acumulação interminável de poder político que tem sempre de acompanhar a acumulação igualmente interminável do capital (idem, p. 75).

Todo o jogo estratégico, portanto, se refere ao desafio imposto à hegemonia norte-americana, em todos os níveis, pela ascensão da China à condição de candidata a potência global. Uma condição derivada, aliás, do próprio sucesso da estratégia anterior de combate às pretensões da antiga União Soviética. Não restam dúvidas de que o fenômeno chinês foi uma construção conjunta que remonta à célebre visita de Kissinger, e depois de Nixon, a Pequim nos albores da crise estrutural do capitalismo iniciada na década de 70 do século passado. Não obstante, a ascensão da China significa também não apenas um elemento de preservação da precária estabilidade do sistema econômico global, mas um enorme desafio para a potência norte-americana, inclusive porque representa um completo sistema global de cultura alternativo.

O significado da expansão chinesa para a estrutura do sistema capitalista em nível mundial foi resumido, por Antônio Barros de Castro, em três pontos. Por um lado, a China acabou exportando para o resto do mundo o seu milenar problema de escassez de recursos naturais, elevando preços e promovendo “rupturas espetaculares de trajetórias”, como é o caso de Angola, por exemplo. Uma segunda implicação da ascensão chinesa foi “como consequência do leilão de recursos naturais e da valorização das matérias primas, e dos energéticos em seguida (...) uma gigantesca valorização e desvalorização simultânea de ativos no mundo” (Castro, 2012, p. 205), alterando radicalmente as expectativas de retorno e a orientação dos investimentos. Em terceiro lugar, e é isso o que nos interessa mais de perto, há uma mudança na definição da noção de classe média:

Nos anos 1950-60, nós nos referíamos à classe média como àqueles indivíduos que tinham em casa geladeira, televisão e outros *gadgets*, e até automóvel. A mutação chinesa provocou uma explosão do que anteriormente se chamava classe média. Hoje, embora faltando uma denominação ou até com diferentes denominações, existe uma classe com essas propriedades, com todos esses eletrodomésticos em casa, mais telefone celular, e eventualmente até automóvel (idem)<sup>1</sup>.

Podemos concluir, na linha de Furtado, quando fala do “capitalismo pós-nacional” (Furtado, 1977), que se completa, assim, o processo de globalização da cultura material, iniciado com a difusão da Civilização Industrial a partir do seu núcleo inicial, na Inglaterra (Furtado, 1978), o qual teria um impulso fundamental com a “unificação do centro” que a consolidação da hegemonia norte-americana no imediato pós-guerra permite.

<sup>1</sup> Uma quarta e fundamental implicação da nova posição da China liga-se ao fato de que se trata de uma economia em acelerada marcha rumo à liderança econômica global que se encontra longe do pleno amadurecimento, ou da faixa de baixos rendimentos marginais: “não só a produtividade cresce muito rápido por lá como todo o esforço posto a partir do XI Plano, e que se acentua com o XII Plano, é para o aumento da tecnologia e da produtividade” (Castro, 2012, p. 207). Isto significa que se trata de um fenômeno que veio para ficar, mas não vamos nos deter nisto aqui.

O fato é que a derrota simbólica da Al Qaeda, com o assassinato de Bin Laden em 2012, e a contenção do problema do terrorismo – ainda que não a sua eliminação, pois faz parte das contradições inerentes à nova estrutura de poder global do capitalismo e da geopolítica do petróleo, além da funcionalidade que representa para a justificação dos sistemas de controle social de que se falou há pouco – mostram que o elemento chave para se entender as mudanças estruturais do sistema não eram as que se pensava no início do século. Muito mais importante é, por certo, a ascensão da China e todos os movimentos no campo da concorrência (econômica, política e militar) internacional que ela representa, mas há dois outros elementos mais diretamente relacionados com as nossas preocupações que devem ser enfatizados.

### TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>2</sup>

O primeiro deles é o renascimento dos movimentos sociais, o que denota a consolidação de uma nova estrutura social do capitalismo global, surgida da reestruturação produtiva iniciada com a crise estrutural dos anos 1970. O segundo, a expansão da Internet e das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, que acabam por conformar um extenso espaço cibernético, o qual passa a fazer parte do cotidiano de massas crescentes da população mundial. Ambos os fenômenos estão fortemente imbricados.

Em relação ao primeiro, Cabral e Carvalho (2012), apresentam uma análise comparativa entre os movimentos sociais da década de 2000 (alterglobalização) e aqueles dos anos 2010 (indignados). Observa-se, no agregado, que se trata de um longo processo de mobilizações e de aprendizagem de um movimento social tendente a organizar-se em nível internacional, mas com enormes dificuldades nesse sentido. As massas se apresentam a cada vez no cenário político, apropriando-se de ferramentas, como as chamadas “redes sociais” – que, no entanto, permanecem massivamente instrumentos de controle social e de acumulação de capital (Bolaño, Vieira, 2013) – ao mesmo tempo em que produzem um conhecimento relativo a formas de luta e organização, como a própria ideia de ocupação, o reconhecimento, por exemplo, das semelhanças entre o que ocorre dos dois lados da bacia do Mediterrâneo, por parte dos manifestantes do 15M, enfim, a intuição da existência de uma nova cultura política e de uma nova rebeldia, juvenil principalmente, crescentemente radical em certos aspectos, mas ainda limitada na sua capacidade de proposição de uma sociedade alternativa, mesmo se todos os elementos de uma nova utopia – entendida como horizonte de referência – estejam postos há muito tempo.

Na verdade, desde o surgimento da ideia de “novos movimentos sociais” – por oposição ao velho movimento operário, matriz das revoluções sociais dos séculos XIX e XX – nos anos 1960, duas concepções de mudança social se confrontam. Pablo Ortellado aponta com justeza o paradoxo enfrentado pelos movimentos sociais mais recentes, ao analisar o movimento pelo passe livre, que foi o estopim dos acontecimentos de junho de 2013 no Brasil:

<sup>2</sup> Alguns parágrafos deste item e do seguinte foram extraídos, por comodidade, de Bolaño e Cabral Filho (2014).

Temos assistido nas últimas décadas o nascimento de movimentos horizontais na forma de organização e autônomos em relação a partidos e instituições. Esses movimentos frequentemente valorizam mais o processo do que o resultado: é o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a criatividade das suas ações que dão a eles sabor e sentido. As lutas são ao mesmo tempo experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de autoexpressão contracultural. Algumas vezes, essa dimensão processual é sobrevalorizada e mesmo contraposta aos resultados práticos da ação política (Ortellado, 2013).

A grande imprensa no Brasil, por sua vez, contrapondo o caráter multitudinário das mobilizações de junho, convocadas pelos ditos novos movimentos, à menor adesão da mobilização nacional de julho, convocada pelas centrais sindicais, pretendeu enxergar, nas primeiras, o “povo” (setores de esquerda, no mesmo sentido, mas com sinal oposto, utilizarão o fugidio conceito de “classe média”), na defesa dos interesses nacionais (ou de palavras de ordem burguesas, na versão de esquerda do mesmo argumento), e na segunda, um setor “atrasado”, defendendo palavras de ordem ultrapassadas, como a jornada de trabalho de 40 horas semanais (neste caso, a esquerda oficial não emite julgamento de valor, limitando-se a defender o governo e suas populares políticas de distribuição de renda).

Um olhar menos interessado notará, ao contrário, mais semelhanças do que se imagina entre os dois movimentos. A plataforma de luta, em ambos os casos – ao contrário do maio de 68 francês, com seus *slogans* revolucionários contra toda autoridade – é decididamente reformista, reivindicando a extensão da democracia e, no fundo, o Estado de bem estar social que nunca chegou a ser efetivamente implantado no país. Mais importante: em ambos os casos, tratava-se de um movimento da classe trabalhadora, isto é, dos trabalhadores representados ou não em sindicatos, dos aposentados, dos jovens trabalhadores, dos estudantes trabalhadores, ou que simplesmente se preparam para o mercado de trabalho, dos trabalhadores desempregados, das mulheres trabalhadoras...

Este é o cerne da questão: as mudanças de ordem estrutural que transformaram o capitalismo, ao longo do século XX, na sua essência. Os novos movimentos sociais dos anos 1960 já eram reflexos dessas mudanças, que ampliaram os setores assalariados da classe média, consequência da expansão tanto da grande empresa capitalista como do Estado intervencionista, keynesiano, do bem estar social. É sobre essa base social que se dará o movimento de subsunção do trabalho intelectual que, a meu ver, caracteriza a terceira revolução industrial (Bolaño, 2002).

O vetor desse processo é o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (o segundo elemento de que trata este item), a partir da construção social do conceito de *software*, tornada possível pelo desenvolvimento da microeletrônica, da cibernética e da informática (Bolaño, 1995). Com isto, o modo de produção, no seu âmago, torna-se crescentemente informático e comunicacional, transformando-se a base de extração da mais-valia, que privilegiará a exploração das energias mentais através da mobilização das ferramentas cognitivas de uma classe trabalhadora renovada. Este é o determinante em última instância das mudanças, relacionado com a necessidade de garantir determinadas

condições de exploração do trabalho.

Note-se, por outro lado, que o desenvolvimento técnico obedece a determinações de ordem social relacionadas ao poder econômico daqueles agentes que logram promover alterações de certos parâmetros a seu favor, que provocarão ações adaptativas da parte de outros atores sociais sem poder econômico (Furtado, 1969). Neste apartado incluem-se também, por exemplo, as derrotas infligidas à velha classe trabalhadora no momento de implantação do neoliberalismo, como no caso paradigmático do governo Thatcher, no Reino Unido, visando “quebrar a espinha dorsal” da resistência operária.

Mas o que interessa enfatizar aqui é que o controle da tecnologia e do progresso tecnológico é o recurso de poder estratégico fundamental da classe capitalista industrial e determinante não apenas da dinâmica estrutural, no plano da concorrência intercapitalista, mas também do poderio econômico e militar dos diferentes estados nacionais em disputa pela hegemonia. Este é o determinante em primeira instância das mudanças em questão. É assim que “as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento dos capitais particulares” e, neste caso, dos seus agentes estatais, e “se impõem coercivamente na concorrência e surgem na consciência de cada capitalista sob a forma de motivos que o impelem à ação” (Marx, 1867, p. 364).

O desconhecimento dessa interação complexa entre leis gerais e necessárias da produção capitalista e suas formas de manifestação é o responsável pelos equívocos de interpretação que, no campo da Comunicação, tem levado geralmente a um determinismo tecnológico cuja expressão mais sofisticada talvez seja o primeiro volume da popular trilogia de Castells (1996), tão justamente criticada por Ruy Sardinha Lopes (2008). O desenvolvimento da Internet ilustra bem o caráter de recurso de poder que está na essência da tecnologia, vinculado que é aos movimentos estratégicos que têm garantido a preservação da hegemonia norte-americana, contestada em diferentes níveis (econômico, político, militar) e por diferentes atores globais ao longo dos últimos setenta anos.

#### **COMUNICAÇÃO E A ECONOMIA POLÍTICA DA INTERNET: DESAFIO EPISTEMOLÓGICO**

O surgimento e expansão da Internet faz parte do projeto estratégico de expansão de um novo *cluster* de inovações implantado a partir da crise estrutural dos anos 1970, do qual fazem parte as tecnologias da informação e da comunicação, as biotecnologias, o desenvolvimento de novos materiais, as nanotecnologias, mas também de um conjunto estratégico de setores, que inclui as telecomunicações, as chamadas indústrias de conteúdo, as indústrias criativas, os serviços em geral, tudo tendente a garantir a retomada da hegemonia industrial dos Estados Unidos, abalada pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento e do longo ciclo expansivo do pós-guerra.

O desenvolvimento da Internet é parte integrante, em nível micro, do movimento de reestruturação global do setor das telecomunicações, iniciada pelos Estados Unidos em 1984 e, no nível das políticas industriais mais amplas, dos desdobramentos do projeto global de implantação do

novo paradigma industrial da digitalização e da convergência – o que dependeria crucialmente da implantação do projeto, do governo Clinton/Al Gore, das infraestruturas globais da informação –, de acordo com a lógica do complexo industrial-militar-acadêmico norte-americano. Nesse contexto, é sobejamente conhecido o fato de que o surgimento da rede relaciona-se a uma demanda do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em função da necessidade estratégica, nas circunstâncias da Guerra Fria, de uma infraestrutura capaz de

manter abertos os canais de comunicação entre os núcleos de pesquisa do grupo de elite das universidades conectadas, os órgãos da inteligência militar e empresas com contratos de fornecimento de alta tecnologia de defesa para o governo norte-americano, na iminência de um confronto real com a União Soviética, constituindo-se, portanto, em um instrumento tecnológico a serviço da defesa de um determinado sistema político e econômico (BOLAÑO et al, 2011, p. 133).

A sua posterior privatização, em 1995, quando a National Science Foundation (NSF) deixa de controlar a rede, em favor de uma organização puramente mercantil, não é uma simples mudança de uma lógica estatal para outra privada, mas algo mais complexo:

há uma mudança fundamental na organização da internet quando se passa de uma lógica estatal-militar-acadêmica, segundo o modelo clássico norte-americano de inovação puxada pelo complexo industrial-militar, a partir de demandas do Departamento de Estado, para outra acadêmico-mercantil, a partir da privatização geral de meados da década de 90. Não se trata somente da passagem de uma lógica estatal para outra privada, mas, por um lado, de uma economia pública, centrada no investimento estatal, para outra de mercado, de acordo com diferentes modalidades de mercantilização e, por outro, de uma lógica política militar, de defesa, para outra, de privatização, regulação e globalização econômica, de apoio à reestruturação capitalista e à manutenção da hegemonia norte-americana nas relações internacionais no campo econômico (BOLAÑO et al 2011, p.48-49).

A consolidação da Internet como rede global, nas proporções em que se deu, é a consolidação desse novo sistema de legitimação, adequado à nova estrutura do capitalismo e sustentado por um novo mecanismo de mediação, cuja relação com a velha Indústria Cultural é um grande desafio de ordem epistemológica que se apresenta para o conjunto do campo da Comunicação hoje. As contradições se colocam em dois planos. De um lado, deve-se entender o sentido da disputa entre as lógicas sociais da Internet e da chamada TV de massa, renovada com a digitalização, e, de outro, as contradições do novo modelo de mediação social enquanto formas de manifestação das contradições inerentes à organização capitalista dos sistemas de informação e comunicação, que tive a oportunidade de estudar de forma bastante exaustiva em outra ocasião (Bolaño, 2000).

No primeiro caso, há questões de ordem microeconômica envolvidas, relativas às mudanças nos processos de trabalho e nas estruturas de



mercado em situações de digitalização geral e convergência, que não só a Economia Política da Comunicação tem enfrentado, mas também outras subáreas da comunicação, como os chamados estudos de jornalismo, por citar uma. Questões de ordem técnica, estética, de linguagem fazem parte também deste conjunto. Mas não é só isso. A centralidade da TV de massa no conjunto das indústrias culturais, como sistema, ao longo da segunda metade do século passado, refletia, assim como a organização dos sistemas de telecomunicações antes das reformas iniciadas em 1984, uma situação das relações de poder internacional que se desarticula no período neoliberal, durante o qual avança a internacionalização desses sistemas e o peso do oligopólio global em relação aos oligopólios e monopólios públicos e privados nacionais. Os debates sobre a regulação da Internet, que certamente se intensificarão após o impacto do Wikileaks e do caso Snowden, fazem parte de uma tomada de consciência em relação a essa problemática mais ampla.

No segundo caso, trata-se basicamente de reconhecer o fato elementar, mas nem sempre tomado na devida conta, de que o desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que abre possibilidades liberadoras sempre renovadas, cria crescentes constrangimentos para sua efetivação. Assim, um sistema dialógico e horizontalizado de comunicação, como a Internet, que facilita a organização dos novos movimentos sociais, serve também, e principalmente, pois é essa a linha hegemônica do desenvolvimento capitalista, para a implantação de um sistema de controle social sem precedentes fora do terreno da ficção científica. Mas é claro que esta última, em diferentes momentos, teve a capacidade de antever a situação porque se trata de uma tendência perceptível, inerente à expansão capitalista, como também puderam anunciar grandes intelectuais, como Foucault ou Polanyi, para não citar Marx.

Não está facultado à Comunicação eximir-se dessas questões ou tratá-las, como comumente ocorre, sob o fascínio da técnica, como se a sua contribuição específica não pudesse ultrapassar os limites da citada ficção científica. Tampouco o reconhecimento da interdisciplinaridade que a caracteriza deveria autorizar a solução fácil da importação dos modelos explicativos do sociólogo, do semiólogo ou do filósofo da moda. Acima de tudo, o pesquisador da Comunicação deve ter o conhecimento e a capacidade de dialogar ativamente, criticamente, com a sociologia, a filosofia, a economia política, o que só será possível, feitas todas as devidas mediações, sem ecletismo, sobre a base de um paradigma comum, não único, por certo, mas totalizador e coerente.

Nesse diálogo interdisciplinar, para além das diferentes escolas, ou dos paradigmas em disputa, a unidade do conjunto do campo da Comunicação, das suas diferentes subáreas, a especificidade da sua contribuição, reside no debate em torno do conceito fundamental de mediação social.

### REPENSAR A MEDIAÇÃO

Neste ponto é interessante começar com um pequeno exercício teórico. Tomemos, para formular inicialmente o problema, as definições de mercadoria e de informação no nível mais abstrato de análise, entendendo-os como os conceitos mais simples e gerais, menos determinados, que

carregam já, *in nuce*, as contradições próprias das formas mais desenvolvidas, capital e comunicação, respectivamente, a serem atingidas logicamente via derivação. No caso da informação, um exercício desse tipo foi realizado originalmente em Bolaño (2000), acompanhando a derivação que Marx fez da forma capital na sua obra maior. Raciocinemos simplesmente agora por homologia, descartando ainda, por comodidade, a situação, mais complexa, em que a informação torna-se ela própria mercadoria. Posteriormente poder-se-ia eliminar essa restrição, mas isso não é necessário nos limites deste artigo.

Tanto num caso como no outro, há um processo de produção, de circulação e de consumo. Em relação à mercadoria (que prefigura o capital), é possível pensar esse conjunto de processos nos termos de esquemas de reprodução, como faz Marx no Livro II d'O Capital, considerando – ademais de todas as outras condições *ceteris paribus* que o autor relaciona de forma minuciosa e exaustiva – que o processo de troca de informações vinculado à circulação mercantil pode ser desprezado, na medida em que o dinheiro (a forma preço) garante o automatismo do movimento. Também a circulação da informação (que prefigura a comunicação de massa) pode ser descrita dessa forma simplificada, como faz a teoria matemática, abstraindo todo conteúdo propriamente humano. Em ambos os casos, por mais que os esquemas de reprodução sejam um elemento útil nas mãos do economista, ou que a teoria da informação permita desenvolver todas as maravilhas do mundo cibernético, fica de fora justamente o pressuposto antropológico fundamental dos processos, como tive a oportunidade de apontar, para o caso da mercadoria, no livro citado no parágrafo anterior.

No caso que nos interessa, a circulação geral da informação envolverá sempre, em algum momento – para além da informação-mercadoria ou das unidades de informação quantificáveis sob a forma de bytes ou qualquer outra medida – um elemento de interação simbólica resistente a toda automatização. Desconhecer esse fato é ceder ao fetiche. A comunicação humana, na sua essência, é irreduzível a qualquer tipo de fluxo circular e é isso justamente que veta a redução da teoria da Comunicação à cibernética,<sup>3</sup> da linguagem humana à linguagem da máquina, do mundo analógico ao digital. Assim, entre os polos da produção e do consumo da informação – separação cuja mera existência pressupõe hierarquia e, portanto, poder – sempre haverá trabalho linguístico (Rossi-Landi, 1968), de mediação.

Esse é o fato que justifica a existência de uma teoria da Comunicação, desde os primórdios da *mass communication research*. O estudo da comunicação sempre foi o estudo dos sistemas, estruturas, formas, mecanismos e processos de mediação social. O trabalho do comunicador, do jornalista, do profissional de relações públicas, do publicitário, como o do artista ou do educador, é trabalho de mediação. Manuel Serrano (1977) logrou pioneiramente isolar a questão e propor uma teoria da Comunicação como teoria da mediação social sem, contudo, escapar do enquadramento até então geralmente adotado pela disciplina, de ênfase na perspectiva dos grandes meios de comunicação de massa e na Indústria Cultural. Jesús Martín-Barbero (1987), dez anos depois, promoverá uma verdadeira ruptura de paradigma no campo, ao deslocar o problema da mediação para o polo da recepção.

Seja no plano teórico, seja no das relações sociais, a ideia de mediação

<sup>3</sup> Barbero coloca a questão da cibernética nos termos mais justos quando afirma: “que la teoría de la información ha logrado dar cuenta de la organización-transmisión-almacenamiento de la información, y que ello ha supuesto la invención de un modelo desde el cual pensar fecundamente problemas que van de la biología y la ingeniería a la medicina, ello es innegable. Pero de ahí a pensar que el modelo informacional es capaz de dar cuenta de los *procesos sociales* de comunicación hay un abismo (Barbero, 2002, p. 123).

supõe, de início, a existência de dois polos em oposição. Em Barbero, a oposição se dá entre os meios de comunicação de massa e a cultura popular. Trata-se de recuperar o popular que estava esquecido na teoria da comunicação convencional, um popular que não é homogêneo e se constitui num processo ambíguo que se refere ao conflito de classes mas o ultrapassa, no sentido de um “conflito entre a economia da abstração mercantil e a do intercâmbio simbólico” (Martín-Barbero, 2002, p. 119). Isto do lado do popular como memória de uma outra economia (política e simbólica) anterior. Do outro lado está o popular-massivo, “o massivo como negação e mediação histórica do popular”, o que representa, no final das contas,

no estágio histórico do capitalismo monopolista, o projeto histórico que a burguesia produz para o povo desde o final do século XVIII, ao dar-se a si mesma um projeto de ‘classe universal’. Mas o massivo é também mediação histórica do popular, porque não só os conteúdos e as expressões populares, mas também os sistemas de valoração, o ‘gosto’ popular, estão sendo moldados pelo massivo (idem).

A formulação é complexa, extremamente estimulante e sofisticada e teve a capacidade de abrir à Comunicação, todo um campo novo de pesquisa e avanços teóricos fundamentais, que questionavam profundamente o paradigma funcionalista e também as insuficiências das perspectivas críticas, mas não sem incorporar os avanços do pensamento crítico latino-americano, inclusive as teorias da dependência, os trabalhos de Mattelart, Verón e outros, como se pode observar nos escritos dos anos 1970 e 1980, em que o autor lança o vitorioso programa de investigação dos estudos culturais latino-americanos, reproduzidos na primeira parte do livro de 2001 aqui citado.

Os desdobramentos posteriores do programa, no entanto, acabaram por promover um novo reducionismo, simétrico ao que se pretendia combater no momento em que se reabriram as portas da Comunicação à antropologia, redundando no beco sem saída em que se encontram os estudos culturais latino-americanos hoje, condenados à reprodução infinita de pesquisas de recepção, assentadas num método desenvolvido para a consideração de um objeto, como a telenovela, cuja centralidade na organização dos sistemas de comunicação do subcontinente encontra-se seriamente ameaçada, fato evidente, por exemplo, nos limites com que se defrontou Valério Brittos (2001) na sua importante contribuição aos estudos culturais, que o levariam, em seguida, a transferir todo o seu tempo de trabalho posterior ao campo da economia política da comunicação.<sup>4</sup>

## O DESAFIO ATUAL

Do ponto de vista da dialética, uma teoria da mediação deve passar pela caracterização não apenas de uma oposição (para buscar influências mútuas), mas ainda de um termo médio, como eram os meios no paradigma convencional. Mas a solução de Barbero não é dialética. Ao invés de procurar em outra parte aquele terceiro elemento em que a contradição entre os opostos se resolve a cada momento no processo real de desenvolvimento do ser, realiza um engenhoso *tour de force* que consiste

<sup>4</sup> Não há espaço aqui para desenvolver o ponto, mas vale lembrar que os referidos limites se apresentam ao autor no momento mesmo da escolha do objeto: “como a recepção é um processo que transcende o momento da assistência a um ou vários programas, optou-se por estudar a relação dos receptores com a TV a cabo como um todo e não com um produto de televisão específico” (Brittos, 2001, p. 209), o que norteará toda a pesquisa empírica, exigindo criatividade e inovação metodológica, pois “o enfoque deste livro não é o estudo de gênero. Enquanto a maioria dos trabalhos de recepção trabalha a telenovela, ou mesmo o telejornal (...) aqui o foco é outro” (idem, p. 209-210). O resultado, é a extensão do enfoque da recepção até os limites da economia política, à qual Brittos dedicará o resto da sua vida intelectual. Em ambos os campos (estudos culturais e EPC) sua contribuição é fundamental.

na transformação daquele antigo mediador em polo oposto à cultura popular, que internaliza então ela própria a função de mediação. O polo das estruturas de poder (capital e Estado) – cuja mediação com a massa de consumidores e cidadãos a Indústria Cultural e os meios de comunicação de massas realiza – fica dado por pressuposto nos termos da adesão (crítica) referida, nesses textos inaugurais, ao pensamento comunicacional latino-americano. Assim, a mediação se reduz à recepção, justificando a importante guinada metodológica que marcará a história do campo.

Ainda que o autor defina o projeto como uma espécie de renovação do marxismo (Martín-Barbero, 2002, p. 46), a solução, de fato, abre as portas para o posterior afastamento em relação tanto a Marx como o pensamento crítico latino-americano anterior, facilitando a incorporação do paradigma da pós-modernidade que marcará os estudos culturais latino-americanos ao longo dos anos 1990.

Na verdade, há dois sentidos do conceito de mediação de que seria dar conta se o que se pretende é uma teoria geral. De um lado, como no meu próprio trabalho até aqui, a Indústria Cultural e os grandes meios de comunicação de massa constituem uma estrutura de mediação, como outras, entre as necessidades, neste caso, do Estado (propaganda), dos capitais individuais em concorrência (publicidade) e do próprio público (reprodução simbólica do mundo da vida) em matéria de comunicação e cultura. Para realizar a mediação, nas condições históricas do capitalismo monopolista, a Indústria Cultural se organiza geralmente sob a forma de um mercado constituído de empresas capitalistas que exploram um tipo particular de trabalho (cultural) que é o que tem o poder efetivo de realizar a mediação. Assim, estabelece-se uma estrutura duplamente contraditória, em que o trabalho é subsumido no capital e a cultura, na economia.

Pode-se, nesses termos, construir uma teoria mais da mediação que incorpora o conceito marxiano de subsunção. A formulação original dessa alternativa foi realizada (Bolaño, 2000) em conjunto com a proposição, em nível analítico, de uma economia política da comunicação e da cultura (pois incorpora e desenvolve ferramentas oriundas da economia política e da economia em geral), mas, no nível teórico mais abstrato, vai muito além, explicitando ainda, em diferentes momentos, as possibilidades de ampliação do referencial no sentido de incorporar, sem ecletismo, contribuições de outras origens, inclusive da antropologia.

O segundo sentido que o conceito de mediação deve abarcar é aquele das estruturas mentais/cognitivas pelas quais os indivíduos interpretam o mundo e se comunicam, o que remete aos processos de socialização, à psicologia ou à ciência cognitiva. Esta parece ser a linha de força da definição de Barbero, expressa, por exemplo, quando, acerta altura, lança mão de Freud para dizer que

el proceso de simbolización, en cuanto codificador originario, es ya un proceso de fetichización que nos trabaja aún antes de que haya 'lengua'. Antes de que sea codificado por la lengua en palabras-signos, lo simbólico – la ley, la cultura, el super yo – ya ha moldeado el deseo humano inscribiendo sus rasgos en lo imaginario. Lo cual implica que el espacio que pone en movimiento la pulsión y el deseo no es un espacio aparte, asocial. Desde Freud sabemos que el deseo es social y antisocial, nunca asocial. La pulsión no es mero instinto

sino trabajo del cuerpo, de un cuerpo moldeado por la historia (Martín-Barbero, 2002. P. 74).

O desafio que se apresenta ao pensamento latino-americano hoje é incorporar esses dois determinantes do conceito numa teoria ampliada, levando em consideração que, se rejeitarmos o determinismo biológico, o primeiro deles tem precedência sobre o segundo, na medida em que o homem é um ser social desde a origem da espécie e cada indivíduo está inserido no mundo dos poderes e das instituições desde antes de nascer, como o próprio fica claro na citação.<sup>5</sup> A falta de uma consideração cuidadosa do problema da subsunção, conforme proposto aqui – que poderia ser útil talvez para uma solução freudiano-marxista, adequada à perspectiva de Barbero – será preenchida, no campo dos estudos culturais, pela solução fácil da teoria das hibridações. Mas este é assunto para outro momento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTÍN-BARBERO, Jesús (1987). Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_ (2002). Oficio de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (1995) Economía Política, Globalización y Comunicación. In: Nueva Sociedad, 140, Caracas.

\_\_\_\_\_ (2000) Indústria Cultural, Informação e Capitalismo. São Paulo: HUCITEC.

\_\_\_\_\_ (2002) Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 11, 53-78, Rio de Janeiro.

BOLAÑO, César; CABRAL Filho, Adilson (2014). O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica. In: Liinc em Revista, vol. 10, nº 1. Rio de Janeiro: Ibict.

BOLAÑO, César; VIEIRA, Eloy (2013). Economía Política da Internet: sites de redes sociais e luta de classes. Apresentado no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: INTERCOM, 4 a 7 de setembro.

BOLAÑO, César; HERSCOVICI, Alain; CASTAÑEDA, Marcos e VASCONCELOS, Daniel (2007). Economía Política da Internet. Aracaju: Editora UFS – segunda edição, 2011.

BRITTOS, Valério Cruz (2001). Recepção e TV a cabo: a força da cultura local. São Leopoldo: Editora UNISINOS.

<sup>5</sup> Barbero desenvolve, na sequência da última referência acima, um raciocínio muito interessante, que não cabe retomar aqui, mas vale citar a conclusão: “con el inconsciente Freud descubre el papel del discurso como mediación a través de la cual el hombre se arranca a la substancialidad y la inmediatez de lo biológico” (Barbero, 2002, p. 74).

CASTELS, Manuel (1996). La era de la información, vol. 1 – La sociedad en red. Madrid: Alianza Editorial.

CASTRO, Antônio Barros (2012). O Brasil e os desafios da China. In: Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, janeiro-junho, vol. 7, n. 10, p. 203-211.

FURTADO, Celso (1969). Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, coleção Os Economistas.

\_\_\_\_\_ (1977). Prefácio a nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1978). Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HARVEY, David (2003). O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2014.

KURZ, Robert (1991). O colapso da modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LOPES, Ruy Sardinha (2008). Informação, conhecimento e valor. São Paulo: Radical Livros.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael (2000). Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ORTELLADO, Pablo (2013). Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: 20 centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta.

ROSSI-LANDI, Ferruccio (1968). A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação linguísticas. São Paulo: Difel, 1985.

SERRANO, Manuel Martín (1977). La mediación social. Madrid: Akal, 2008.